

## Por uma reinterpretação do sentido da ética

João Cardoso de Castro<sup>1</sup>

Não faz muito tempo, chegou a mim um texto sobre ética de autoria de um reconhecido administrador chamado Wagner Siqueira. Em que pese a estupidez de minha postura, não costumo me ater à qualificação do interlocutor, mas tão somente com o que diz, isto é, pelo discurso que, a depender da sua profundidade e capacidade de problematização, provoca ou não o pensamento. Fato é que, nestas áreas e subáreas que denomino “empresariais”, mesmo no meio acadêmico, é raro encontrar qualquer coisa a que se possa denominar “vida intelectual”. Enxergo “técnicos”, ensinando “técnica”. Ponto. Há muito que “fugiram” do pensamento ou o pensamento deles, o que dá no mesmo. Aprimoramos a capacidade de criar e controlar a realidade através de modelos e sistemas e é neste horizonte de “ser” que nos empenhamos em viver. Pasmem: os entusiastas chamam isso de “progresso”.

De todo modo, no caso desse texto que recebi, admito a surpresa absoluta: o discurso é capaz de provocar o pensar. Muito mais pelo que não se concorda de seus termos e argumentação, é bem verdade, mas já há uma vitória nesse sertão de pensamentos. A primeira coisa que me chamou a atenção é a indefinição de certos conceitos, como ética, moral, riqueza, valor etc., que o autor usa e abusa sem definir o que entende, se baseando tão somente no “entendimento comum” que, de fato, é “entendimento nenhum”. Mas é a essência do que ele diz sobre uma suposta “amoralidade” de qualquer coletivo humano, uma organização ou empresa, por exemplo, o que merece mais debate. Para Wagner, “as organizações não são morais nem imorais. Elas são amorais. A moral habita um reino. As organizações habitam outro reino bem distinto, o reino econômico”. Em resumo: é inconcebível se pensar num sentido “espiritual” para uma empresa, embora “os indivíduos que as integram, certo e mandativamente, dele necessitam”.

Entendo que o argumento tropeça em uma questão fundamental: uma organização humana não pode operar jamais fora do horizonte da ética. Não porque as empresas ou os indivíduos que a compõem devam ser regidos por valores morais absolutos ou qualquer coisa do gênero, mas porque a ética é a “morada do homem” e nada, absolutamente nada, opera fora da abertura provocada pela experiência humana.

Ao argumentar sobre a impossibilidade de imputar “eticidade” a empresas e organizações, o autor evidencia um equívoco comum até mesmo a alguns “estudiosos” da ética: a incapacidade de compreender a deformação sofrida pelo termo, de origem grega. O termo “ética”, do grego *ethos*, tem sua aurora semântica no coração da filosofia grega, oriundo de duas palavras distintas que, transliteradas, seriam o *êthos* (com *eta* inicial) e o *éthos* (com *epsilon* inicial). Não é senão na Modernidade que o sentido complementar desses dois termos (escrevi um artigo sobre esse tema: para ler, clique aqui! <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/19966/30644>) se desfigura de tal modo que, hoje, se entende a ética tão somente como uma disciplina de normatização, seja do homem ou suas organizações. Daí o argumento de Wagner Siqueira: “É um contrassenso julgar que uma organização... possa ser ética e moral”. Nesse ponto o argumento do autor se

---

<sup>1</sup> João Cardoso de Castro é doutor, mestre e filósofo pela UFRJ, Coordenador da Editora Unifeso e professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem e Nutrição do Unifeso. E-mail: [joacastro@unifeso.edu.br](mailto:joacastro@unifeso.edu.br)

esfarela inteiramente dada a confusão conceitual do sentido da ética. Veja: não se trata de discutir se o homem pode ser ético ou não, ou se uma empresa pode ou não ser ética, mas **como**. A ética, em seu sentido originário, não é um conjunto de assertivas sobre "como devo agir" ou "como devo me comportar". Pensar a ética como um conjunto de direções para a vida humana ou empresarial, bem ao estilo "faça isto" ou "faça aquilo", é empobrecer o vigor profundo do *ethos* e desvirtuar o sentido glorioso da disciplina. Essa preocupação com resultados - a definição de ética em termos de produção de efeitos - pertence ao imperativo do pensamento tecnológico, que exige que tudo seja usado e explorado, diz John Sallis. Somente nesse horizonte de pensamento, alguém é capaz de discutir se somos ou não éticos e, ainda pior, se este "know-how" pode ser ensinado a uma organização ou empresa, tal como colocado no artigo em questão. Esse entendimento parte do pressuposto de que a "ética" é um conjunto de técnicas, prontas para serem ensinadas às pessoas ou empresas, como uma espécie de perícia ou habilidade. Por isso digo sem medo de errar: mesmo no meio acadêmico, com uma ênfase radical no setor empresarial, fomos abduzidos pela técnica, e seus "promotores" (professores e pesquisadores) são incapazes de escapar desse modo de ser.

Daí a necessidade de nos colocarmos à escuta dos gregos, uma vez mais. A ética, enquanto disciplina, estuda a condição humana, a *morada do ser*, é o "entender-se com aquilo que pertence ao *ethos*", como nos legou Heidegger. Seja em sua ocupação empresarial, médica etc., a ética originária não pode ser medida em termos de resultados, pois se encontra fora dessa dimensão. O "inútil" abre o espaço para a reflexão ética, enquanto a instrumentalidade o fecha. Françoise Raffoul diz bem quando afirma que o desenvolvimento atual e crescente da chamada "ética aplicada", no currículo, esconde uma cegueira peculiar e paradoxal em relação à natureza da ética e uma negligência de um genuíno questionamento filosófico sobre o seu significado. Embora não haja, no espaço enxuto deste ensaio, a possibilidade de aprofundarmos esse esforço de re-significação da ética, fica claro um apelo para que possamos fazer ressonar novamente o sentido "perdido" da ética como possibilidade para o enfrentamento diante do avanço da técnica.